



## De bóias-frias e barrageiras à herdeiras da terra: trajetórias e sororidade entre assentadas rurais do interior de São Paulo

Larissa Araújo Coutinho de Paula<sup>1</sup>

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste artigo contextualizamos a história de dois grupos de assentadas em diferentes regiões do Estado de Paulo, quais sejam: A Organização de Mulheres Unidas (OMUS), localizada no Assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana; e a Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI (AMA), inserida no Assentamento Monte Alegre, em Araraquara. A partir de procedimentos metodológicos qualitativos, reconstruímos o processo de luta pela terra e da formação de grupos de trabalho criados pelas mulheres rurais. Constatamos que, apesar de várias adversidades, por meio de estratégias socioespaciais individuais e coletivas, estas mulheres têm demonstrado a relevância de seus trabalhos, contribuindo para a permanência de si e de suas famílias na terra, alcançando melhorias para os assentamentos e tensionando as relações de gênero estabelecidas nos espaços rurais, fragilizando assim, as dicotomias entre: trabalho e ajuda, espaço doméstico e espaço público. Isso nos permite compreender que as relações de gênero, bem como as estratégias de reprodução e a situação geográfica são fluidas, estão em permanente devir, pois acompanham o movimento contínuo de transformação empreendido pelas associadas, que encontram nessas atividades, fissuras capazes de subverter hierarquias e opressões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Assentadas Rurais. Associações de Agricultoras. Estratégias de Reprodução Socioespaciais.

**FROM BÓIAS-FRIAS AND DAMS TO LAND HEIRESSSES: TRAJECTORIES AND SORORITY AMONG RURAL SETTLERS IN THE INTERIOR OF SÃO PAULO**

**ABSTRACT:** In this article, we contextualize the history of two groups of settlements in different regions of the São Paulo State, being: the United Women Organization (A organização das Mulheres Unidas - OMUS), located on the Gleba XV de Novembro settlement, in Rosana; and the association of settled women from the Monte Alegre IV settlement (Assentamento Monte Alegre VI - AMA), inserted on the Monte Alegre settlement, in Araraquara. From qualitative methodological procedures, we reconstruct the struggle for the land and the formation of task forces created by rural women. We found that, despite several adversities, through individual and collective socio-spatial strategies, these women have demonstrated the relevance of their work, contributing to the permanence of themselves and their families on the land, achieving improvements for the settlements, and stressing the relationships of established in rural spaces, thus weakening the dichotomies between work and help, domestic space and public space. This allows us to understand that gender relations and reproduction strategies and geographic situation are fluid and are in permanent development, as they accompany the continuous movement of transformation undertaken by the associates, who find in these activities fissures capable of subverting hierarchies and oppressions.

<sup>1</sup> Doutora em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente. E-mail: [coutinholacp@gmail.com](mailto:coutinholacp@gmail.com)

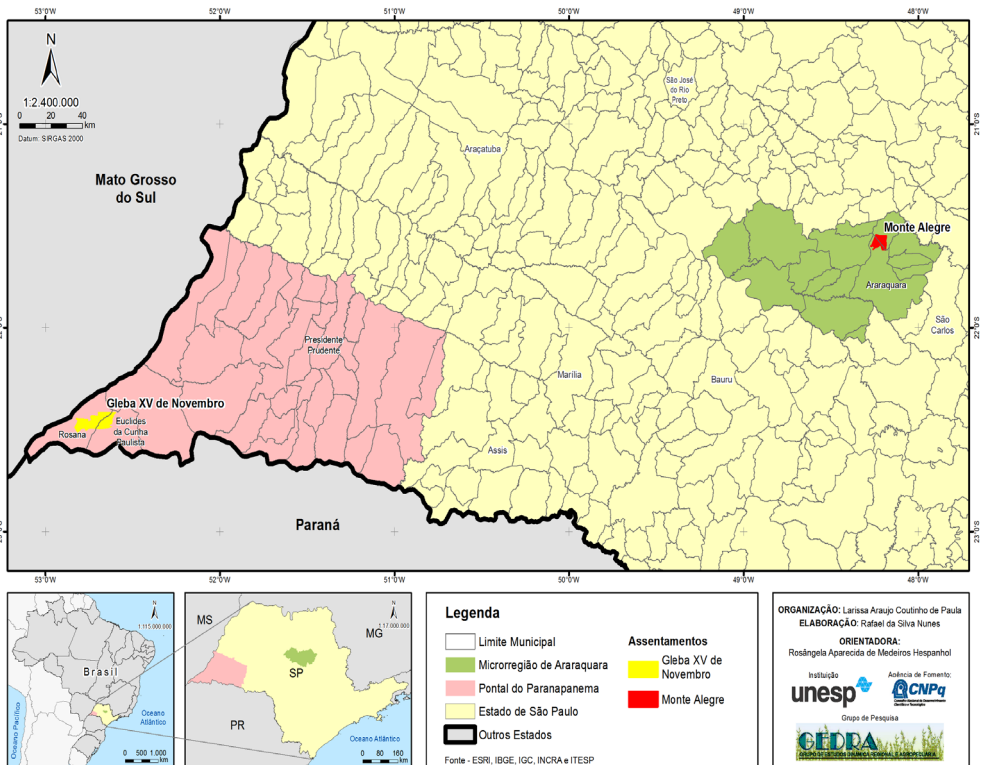
<sup>2</sup> Docente dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente. E-mail: [rosangela.hespanhol@unesp.br](mailto:rosangela.hespanhol@unesp.br)

**KEYWORDS:** Gender. Settled Rural Women. Women Farmers Associations. Sociospatial Reproduction Strategies.

## INTRODUÇÃO

O intuito deste artigo consiste em expor alguns resultados obtidos a partir de uma pesquisa de doutorado em Geografia recentemente defendida, na qual foram estudadas as estratégias de reprodução socioespaciais de dois grupos de mulheres, quais sejam: a Associação de Mulheres Assentadas do Assentamento Monte Alegre VI (AMA), pertencente ao Assentamento Monte Alegre, que abrange os municípios de Araraquara, Matão e Motuca, área central do Estado de São Paulo; e a Organização das Mulheres Unidas da Gleba XV de Novembro (OMUS), inserida no Assentamento Gleba XV de Novembro, situado nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista, no extremo oeste do Estado (Figura I).

**Figura 1-** Mapa de localização dos assentamentos Monte Alegre e Gleba XV de Novembro no Estado de São Paulo.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ambos os assentamentos abordados na pesquisa, constituem-se, segundo as informações da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), como os maiores do Estado de São Paulo, tanto em termos de extensão territorial quanto ao número de famílias assentadas. Isso configura relações importantes entre os assentamentos e os municípios nos quais estão inseridos. Seja em termos de geração de renda, mão-de-obra, formação de grupos de consumidores(as), produção de alimentos, ou ainda no tange aos conflitos territoriais, já que estes assentamentos estão imersos por grandes extensões de exploração do agronegócio, sobretudo dos setores sucroenergético e de cítricos.

De igual modo, as estratégias de reprodução desempenhadas pelas famílias, na tentativa de sobrevivência e permanência no campo, são conduzidas por uma série de fatores que permeiam as realidades históricas, geográficas, econômicas, sociais e políticas de cada região administrativa na qual inserem-se.

Apesar das inúmeras dificuldades as famílias têm conseguido desenvolver atividades agrícolas e não-agrícolas, nos lotes e fora dos lotes, o que mantém um rendimento necessário para custear sua alimentação, saúde, estudo dos(as) filhos(as) e a própria atividade agropecuária. Neste caso, destacamos a atuação feminina. As mulheres organizadas formalmente por meio de associações de trabalhadoras rurais, têm alcançado êxito, na obtenção de uma renda autônoma, na contribuição para a permanência de suas famílias nos assentamentos, além de gerarem benefícios para toda a comunidade assentada, ao levarem até instâncias externas, as demandas por saúde, educação, lazer e infraestrutura dos(as) assentados(as).

As mulheres das duas associações, a partir do uso combinado e diversificado de diferentes estratégias de reprodução socioespaciais, além de promoverem o desenvolvimento local, têm criado fissuras que lhes permitem subverter as lógicas de machismo e opressão, tão presentes no espaço rural. Assim, reforçam os laços de amizade, parceria e trabalho, alcançam o amplo reconhecimento do trabalho elaborado por elas, e dotadas de autoestima e diferentes capacidades adquiridas, conseguem reconfigurar as relações de trabalho no âmbito familiar, o que reverbera na fragilidade das dicotomias privado-público, ajuda-trabalho e na criação de relações de gênero mais igualitárias.

Destarte, buscando alcançar o objetivo de expor os resultados obtidos na pesquisa, estruturamos o presente artigo, além desta introdução, das considerações finais e das referências, em mais quatro tópicos, quais sejam: O Monte Alegre e o Gleba XV de Novembro: contextos históricos e espaciais dos maiores assentamentos do Estado de São Paulo, no qual explicaremos as circunstâncias de formação de ambos assentamentos; Entrevistas, história oral e cartografias alternativas como caminhos na produção coletiva de informações em pesquisas sobre gênero, item no qual nos debruçaremos sobre os principais procedimentos metodológicos utilizados na

pesquisa; Organizações de mulheres assentadas em São Paulo: sororidade, persistência e mudanças, tópico destinado a explanação sobre a criação das associações estudadas e suas características; e por fim, o quarto e último item: As estratégias de reprodução socioespaciais como fissuras para a construção de relações mais igualitárias no campo, no qual discutiremos as principais estratégias de reprodução socioespaciais identificadas nos grupos estudados, elencando como as mesmas têm gerado contribuições no sentido da autonomia e sororidade feminina, além de propiciarem relações de gênero mais igualitárias.

### **O MONTE ALEGRE E O GLEBA XV DE NOVEMBRO: CONTEXTOS HISTÓRICOS E ESPACIAIS DOS MAIORES ASSENTAMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Embora ambos os assentamentos estejam localizados em distintas áreas do Estado de São Paulo, e conseqüentemente, inseridos em diferentes contextos sociais, históricos, geográficos, econômicos e políticos, há semelhanças entre os mesmos.

Além de se serem grandes assentamentos e de estarem envoltos por setores expressivos do agronegócio nacional, o que reflete em conflitos territoriais, conforme já explanado, há outra característica em comum entre estes eles: as famílias que viriam a integrá-los, não eram consideradas aptas a tornarem-se beneficiárias das políticas de assentamentos rurais (CAMPOI, 2005), pois, na visão errônea e preconceituosa de alguns gestores, tais programas deveriam incorporar preferencialmente trabalhadoras e trabalhadores rurais. E entre essas famílias, apesar de haver uma variedade de ocupações, a maioria era composta por trabalhadores(as) volantes também por trabalhadores(as) de construção civil e ribeirinhos(as) atingidos(as) por barragens (no caso de Rosana), sendo em geral constituída por migrantes.

Trabalhadores(as) volantes são descritos(as) por Silva (1999) como migrantes, geralmente oriundos(as) de Minas Gerais e da Bahia que se deslocaram em virtude da expropriação provocada pela modernização do campo. Um processo que, segundo a autora, os(as) excluíram duplamente, já que a tecnologia agrícola foi gradativamente reduzindo seus postos de trabalho, que mesmo sob condições adversas, garantiam o seu sustento.

Em Araraquara, Ribeirão Preto e municípios do entorno, o processo de adoção do pacote tecnológico agrícola foi marcante, configurando uma territorialidade aflorada por conflitos entre a agricultura altamente capitalizada, mecanizada e a exploração e precarização das famílias de trabalhadores(as) rurais (CAMPOI, 2005; GAVIOLI, COSTA, 2011; ARO, 2012; GOMES et al., 2012; DUVAL, 2015).

Este conflito também está presente no Pontal do Paranapanema. Esta área do Estado de São Paulo tornou-se nacionalmente reconhecida em fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 por causa dos confrontos envolvendo trabalhadores(as) rurais e latifundiários(as). Fernandes e Ramalho (2001) explicam que o Pontal

do Paranapanema teve sua estrutura fundiária altamente concentrada por meio da grilagem de terras públicas com documentação falsa. E, após o enfrentamento de movimentos de trabalhadores(as) rurais, transformou-se na área com o maior número de assentamentos rurais do Estado de São Paulo.

O Assentamento Monte Alegre tem sua origem vinculada à aquisição de uma fazenda pelo Governo do Estado de São Paulo em meados da década de 1940, visando a exploração de madeira para a construção da Estrada de Ferro Araraquarense. Após alcançar este objetivo, o empreendimento tornou-se ocioso, até que por intermédio da Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (CAIC), algumas empresas obtiveram financiamento do Governo Federal para a exploração de madeira nesta fazenda, e assim fabricarem celulose (ARO, 2012).

Posteriormente, a área passou a ser utilizada pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola (CODASP) como um horto florestal para a fabricação de dormentes, até tornar-se uma área destinada à criação do assentamento rural. O Monte Alegre, em virtude da extensão da propriedade (mais de 5.183,23 ha) abrange além de Araraquara, os municípios de Matão e Motuca e possui seis núcleos: os primeiros setores (II, III, IV e V) foram instalados nos anos de 1985 e 1986. A instalação completa (com os demais setores e apêndices) ocorreu quase dez anos depois (SOUZA et al., 2008; SANTOS; SANT'ANA, 2012).

O movimento social que culminou na criação do assentamento partiu dos(as) trabalhadoras(es) volantes, que diante de situações de pobreza e injustiças, recusaram-se a seguirem migrando à procura de trabalho, e organizaram ações políticas e acampamentos com o apoio da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP).

Segundo a Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP de Araraquara que entrevistamos:

A área do Assentamento Monte Alegre era uma área da CODASP, de produção de eucalipto, para a produção de dormentes. A maioria das pessoas trabalhava no corte da cana e colheita de laranja, por conta da mecanização, acabaram ficando sem emprego e começaram a se organizar, através de sindicato, tudo, da agricultura familiar daqui, aí começaram a ocupar estas áreas da fazenda Monte Alegre (Analista de Desenvolvimento Agrário do ITESP de Araraquara 26/03/18).

Após a instalação do assentamento, a luta das famílias continuou para manterem-se na terra, produzir e coadunar forças e empreenderem trabalhos coletivos. A representatividade feminina já se mostrava relevante desde então (TEIXEIRA, 2016), já que foram as mulheres que levavam as demandas das famílias às assembleias

e reuniões de orçamento participativo. Por meio de suas ações, aos poucos, o assentamento conquistou instalações de saúde (unidade básica de saúde e de pronto atendimento) educação (escola e creche) e lazer (quadra de esportes).

A Gleba XV de Novembro, por sua vez, é o assentamento mais antigo do Estado de São Paulo em termos de implantação. A origem deste assentamento remete aos impactos sociais das construções de usinas hidrelétricas. Como Rosana situa-se na confluência dos rios Paraná e Paranapanema, foi um local estratégico para a construção de duas usinas em meados da década de 1970, sob a política energética da ditadura militar (BOTELHO, 2006).

Como a região já apresentava conflitos agrários, alguns fatores contribuíram para acentuar os confrontos entre trabalhadores(as) rurais e latifundiários. Ao término dos contratos de arrendamento e parceria que eram comuns na região, muitos(as) trabalhadores(as) decidiam permanecer nas fazendas, estimulados(as) pela disputa das terras entre o governo estadual e famílias de latifundiários. Tais trabalhadores(as) eram então ameaçados de morte e suas lavouras e casas destruídas, além de receberem liminares judiciais com ordem de despejo. De certo modo, a construção das hidrelétricas absorveu essa mão de obra por um tempo, amenizando as disputas (SILVEIRA et al., 1993).

Até que em 1982, uma intensa enchente dos rios deixou a população que vivia às suas margens desabrigadas. Tal fato coincidiu com o término da construção das usinas e o consequente desemprego em massa de trabalhadores(as) rurais e urbanos(as) (SOUZA, 1994).

O técnico do ITESP de Rosana, nos descreveu com detalhes o processo da luta pela terra e a formação do Assentamento Gleba XV de Novembro:

O Gleba XV começou em 1985. No governo Montoro foi feita a desapropriação de várias fazendas aqui na época. Um pessoal que estava acampado aqui na região. Na época, praticamente não existia Movimento Sem Terra. Era mais o pessoal que se formava mesmo e sindicatos. Na época da Gleba XV de Novembro teve um desemprego muito grande por causa da usina hidrelétrica. Em 1985, foi um pessoal, formado por muitos desempregados na época da usina hidrelétrica Sérgio Motta e na usina hidrelétrica Porto Primavera, tanto é que a gente tem muitos assentados que eram carpinteiros, pedreiros, que trabalhavam nessa área nas usinas (Técnico Agrícola, ITESP de Rosana, 24/04/2018).

As famílias sofreram bastante, mesmo após a consolidação do assentamento, pois travaram outras lutas para a obtenção de serviços básicos como energia elétrica, abastecimento de água e saneamento, além das dificuldades de permanência na terra

por meio da reprodução social. O Assentamento Gleba XV de Novembro também envolve a extensão territorial de mais de um município, além de Rosana abrange parte de Euclides da Cunha Paulista.

De forma similar ao Monte Alegre, na Gleba XV de Novembro as responsáveis pelas reivindicações e esforços para a construção de unidades de saúde, escola, quadra de esportes, polo de acesso à internet foram as mulheres. As imagens a seguir ilustram as implementações de educação, saúde, lazer e informática conquistadas pelas mulheres integrantes da AMA e da OMUS nos assentamentos estudados (Figuras, 2,3, 4, 5, 6 e 7).

**Figuras 2 e 3-** Escola e Unidade de Saúde da Família no Assentamento Monte Alegre.



**Fonte:** Trabalho de campo, 2018.

O envolvimento dessas mulheres na busca de melhorias não somente para si e suas famílias, mas para toda a comunidade do assentamento é algo evidente para vários(as) agentes, para as famílias assentadas, lideranças políticas e prestadores(as) de serviços. Como podemos verificar no seguinte trecho de entrevista:

E desde então, quando a associação foi criada, a ideia vingou tanto que elas estão lá até hoje, tens uns 15, 16, 17 anos. A ideia vingou, depois elas ampliaram a panificação, compraram mais equipamentos, melhoraram a parte de embalagem, comercialização. Então, iniciou assim, a ação da AMA no assentamento Monte Alegre, desta forma, a associação de mulheres assentadas. E a principal atividade delas é em torno da panificação, que é a padaria. Elas também participam de alguns eventos que envolvem outras mulheres, ajudam em evento sobre questões de saúde das mulheres, outubro rosa, algumas palestras. E elas inclusive já ganharam prêmios da Consul (Técnico agrícola do ITESP de Araraquara, 26/03/18).

**Figuras 4, 5, 6 e 7-** Escola, Unidade de Saúde, Escola de Informática e Agência dos Correios no Assentamento Gleba XV de Novembro.



**Fonte:** Trabalho de campo, 2018.

No caso da AMA, tivemos a oportunidade de acompanhá-las numa reunião de Orçamento Participativo, no distrito de Bueno de Andrada, e pudemos verificar o empenho delas em conscientizar as famílias assentadas sobre a importância da política, reunindo as pessoas, organizando o transporte para levá-las até o local da reunião. Foi por meio dessa política pública que elas conquistaram a construção do prédio da padaria da associação.

No que se refere a OMUS, a associação teve início ainda em meados da década de 1980, de forma informal, a partir da união de algumas assentadas no enfrentamento a uma liderança que controlava de forma arbitrária a distribuição de leite em pó para as famílias assentadas, em meio a um quadro de extrema miserabilidade.

Em relação à OMUS e ao assentamento Gleba XV de Novembro:

[...] Hoje, o assentamento, acho que conseguiram sensibilizar muito, muitas



áreas do Governo Federal e Estadual, tem acesso a Conab que antes ninguém conhecia, previdência social. Hoje o pessoal da Previdência Social do INSS vai no assentamento, explicam os direitos que tem, de aposentadoria, de pensão. O pessoal vai mais para o assentamento, o assentamento é mais reconhecido. Crédito eles têm, acho que saúde melhorou muito, os postos de saúde dos assentamentos são muito bons, com médico, ambulância 24 horas, tem que melhorar muito, mas foi muita conquista que eles tiveram. Hoje tem até programa Acesso São Paulo, tem internet, tem escola do Estado até 2º grau, Ensino Médio, tem muita conquista, né? Então, hoje eu acho que de 1985 para cá melhorou muito, e melhorou graça às mulheres eu acho, porque o envolvimento que as mulheres tinham, com a associação, buscando parcerias, envolvendo mais a área pública, política, tudo, né? Eu vejo assim que melhorou muito o assentamento, no caso da Gleba XV de Novembro. Do que eles passaram e estão até hoje, eu acho que teve muito ganho e principalmente por causa da associação e mulheres como dona Margarida (liderança da OMUS), que perseveraram, que vão atrás, que buscam (Técnico Agrícola, ITESP de Rosana, 24/04/2018).

Após essa breve contextualização sobre a formação dos assentamentos, no próximo tópico, antes de abordarmos as estratégias socioespaciais, explanaremos a respeito dos principais procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

### **ENTREVISTAS, HISTÓRIA ORAL E CARTOGRAFIAS ALTERNATIVAS COMO CAMINHOS NA PRODUÇÃO COLETIVA DE INFORMAÇÕES EM PESQUISAS SOBRE GÊNERO**

A geógrafa García-Ramón (2008) alerta que uma pesquisa feminista deve reconhecer que os resultados de sua investigação não são neutros, são influenciados pela reflexividade e pelo posicionamento de quem exerce a pesquisa.

Tradicionalmente, a ética científica presume o afastamento necessário do objeto de pesquisa, a fim de não “contaminar” o(a) cientista pelas emoções e sentimentos, que o(a) dispersam da objetividade da ciência. Contudo, às vezes, a produção da ciência implica na transgressão desta regra, sobretudo em pesquisas de ciências humanas.

Isto não significa que não devemos fazer uso de conceitos e da metodologia proveniente dos métodos tradicionais da geografia, ao contrário, todavia, esse uso deve ser tensionado e refletido de modo crítico, demonstrando assim que há conflitos e disputas pela predominância no discurso epistemológico dessa ciência.

A subversão é compreendida como ações de pesquisadores(as) que, em virtude de privilegiarem temas e sujeitos invisibilizados pelo discurso

científico, não compartilham as normas hegemônicas estabelecidas. Todavia, o fazer científico implica estes(as) pesquisadores(as) na operação de conceitos e métodos já consensuados na academia. E esse impasse leva à adoção crítica dos conceitos, evidenciando as relações de poder inerentes às construções teóricas e metodológicas. Além de ampliar novos recortes de grupos sociais, introduzem questionamentos, renovam métodos e acrescentam fontes alternativas de pesquisa, anteriormente desprezadas como pertencentes ao domínio do científico como um método de investigação, permitindo a inserção do(a) pesquisador(a) no movimento da sociedade como um todo (SILVA, 2009, p.15).

No campo, a informação é produzida a partir da relação, da interação, de caminhos e descaminhos, encontros e desencontros, a depender do esforço do(a) pesquisador(a) em desenvolver uma relação de respeito com os(a) participantes, à medida que estes(as) se colocam mais ou menos suscetíveis à contribuírem com a pesquisa.

Nossos trabalhos de campo foram realizados em três etapas, considerando os meses de março a setembro de 2018. Acreditamos que a divisão dos procedimentos metodológicos seria mais interessante e produtiva, além de pautarmos as atividades de modo que não prejudicasse a rotina de trabalho das mulheres participantes.

O trabalho de campo consiste numa etapa na qual as informações não são simplesmente obtidas, mas sim produzidas através da relação que o(a) pesquisador(a) estabelece no decorrer da pesquisa com os sujeitos que integram seu objeto de investigação. Através do respeito ao espaço e tempo no contexto dos(as) pesquisados(as) e dos diálogos estabelecidos com eles(elas) (TURRA NETO, 2011).

Neste sentido, nos ancoramos nas ideias de Haraway (1995), ao defender que as pesquisas sobre gênero não devem considerar os sujeitos pesquisados como objeto, mas sim como agentes no processo de pesquisa. Deve-se reconhecer a identidade plural das pessoas envolvidas na pesquisa, evitando assim uma visão essencialista dos sujeitos. São pesquisas que resultam em diferentes conclusões, já que toda construção científica é parcial, situada e corporificada no tempo-espaço (HARAWAY, 1995).

Por esta questão da autorreflexão do(a) pesquisador(a), consideramos importante dedicar um tópico do manuscrito para o aprofundamento da metodologia utilizada na pesquisa. A produção de conhecimento implica numa postura de autorreflexão sobre as teorias articuladas ao tema de pesquisa, os procedimentos metodológicos, a construção da relação entre a pesquisadora e as pessoas inseridas neste processo.

A flexibilidade do(a) pesquisador(a), trabalhada pela geógrafa Gillian Rose (1993, p. 1), refere-se à produção do conhecimento. Este conhecimento é situado e

parcial, pois implica em uma posicionalidade de quem desenvolve a pesquisa. Ou seja, o processo de pesquisa, mesmo quando intenta expor determinados sujeitos, historicamente invisíveis, não está isento das relações de poder e hierarquias. Por isso, consideramos importante a utilização de um conjunto de metodologias qualitativas que explorem ao máximo os ângulos das questões estudadas.

Pesquisar implica na busca por respostas para dúvidas que permeiam a nossa relação com o mundo e com nós mesmos(as) (SUERTEGARAY, 2002). Neste ínterim, pesquisas mais articuladas com a Geografia Humana dependem significativamente das relações construídas com o objeto de pesquisa que, frequentemente nestes casos, é também sujeito.

É necessário superar a visão dualista entre estes elementos para que a produção do conhecimento aconteça na interação relacional entre pesquisador(a) e participante da pesquisa. Neste sentido, a liberdade preconcebida em procedimentos metodológicos permite a revelação de aspectos impensados na realidade (SILVA; SILVA, 2014).

Para alcançar os objetivos previstos, lançamos mão se um conjunto de metodologias, sobretudo de cunho qualitativo. Além da coleta e sistematização de dados de fonte secundária e mapeamentos; realizamos trabalhos de campo com observação participante, entrevistas semiestruturadas temáticas e de história oral, além de cartografias alternativas, com a elaboração de mapas mentais. As entrevistas foram realizadas com agendamento prévio, mediante a gravação, com a autorização registrada de todos(as) os(as) participantes da pesquisa. Ao todo fizemos vinte e quatro (24) entrevistas em profundidade, com as mulheres integrantes da AMA e da OMUS e também com funcionários(as) de órgãos que prestam serviços aos assentamentos, técnicos agrícolas da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), assistente social, professora etc. Tais entrevistas foram gravadas em áudio, e posteriormente, transcritas, analisadas e categorizadas (GIBBS, 2009).

As entrevistas consistem em uma interação social, “conversa interessada”, na qual o(a) entrevistador(a) visa obter informações do(a) entrevistado(a) e apreender questões sobre o comportamento e a consciência do(a) participante da pesquisa. As informações que se buscam alcançar com as entrevistas referem-se, geralmente, a um objetivo específico (COLOGNESE; MÉLO, 1998). Thompson (1998) adverte que o principal objetivo das entrevistas não é a obtenção de informação ou evidências, mas sim fazer um registro “subjetivo” de como indivíduo olha para traz e enxerga a própria vida, em sua totalidade, ou em uma de suas partes.

Apesar das entrevistas serem condicionadas de modo a estabelecer um diálogo, na horizontalidade, devemos admitir, conforme Colognese e Mélo (1998) que as mesmas constituem uma interação verbal que não ocorre de forma em que

as posições sociais sejam simétricas, já que o(a) entrevistador(a)/pesquisador(a) costuma estar numa posição de controle da situação. Este fator já diferencia a entrevista de uma simples conversa. E isso pode fragilizar os resultados, de modo que o(a) entrevistado(a) se sinta coagido(a) a responder aquilo que o(a) entrevistador(a) espera, para agradá-lo(a), ou permanecer passivo(a). Daí a importância, dentro das possibilidades, de assegurar que a pessoa entrevistada tenha o máximo de liberdade e expressividade, para expor com o mínimo de desconforto possível, suas opiniões e informações sobre os fatos questionados.

No que se refere às cartografias alternativas, temos a cartografia social, que provém das pessoas de uma comunidade, na busca por reivindicar suas lutas e delimitar suas conquistas; a cartografia afetiva, tão utilizada por psicólogos na tentativa de oferecer uma técnica para a exposição de traumas; a cartografia embasada nos mapas mentais, utilizados desde uma sistematização de estudos por temas até como uma forma de representação espacial dos lugares sobre os quais se projetam as práticas espaciais e valores das pessoas. Estes são exemplos de como os mapas podem subverter uma ordem hegemônica, pré-estabelecida, hierárquica e institucionalizada, o que se circunscreve muitas vezes nessas tentativas não é uma cartografia propriamente dita, mas uma linguagem cartográfica, de narrativas cartográficas, de metáforas espaciais.

Os mapas não podem ser definidos apenas em termos da precisão de longitude e latitude, isso reduz a atividade de mapear a uma operação matemática (SEEMANN, 2012). Mapas não se restringem apenas às representações cartográficas projetadas. Se o mapa deve representar existências, fenômenos, relações, há ampliadas formas pelas quais essas representações podem ser desenhadas. Podem estar imbuídas de linguagem cartográfica, nos remeter a relações espaciais e mesmo assim, não resultar num mapa tradicional.

De acordo com Seemann (2012, p. 70), para cartografar lugares e significados no papel, precisamos ir além das medidas, coordenadas e objetos. Há uma visão tradicional na cartografia que “separa a representação do espaço dos agentes, ações e mecanismos, que são responsáveis pela transferência e transformação (carto)gráfica de dados geográficos para o papel”.

Nosso intuito com a elaboração dessas cartografias foi possibilitar à essas mulheres que elaborassem representações de suas espacialidades, por meio de desenhos, logo, teríamos mais elementos que indicassem as suas práticas espaciais, itens aos quais elas atribuem maior ou menor valor, como as mesmas compreendem o espaço cotidiano e como interpretam as transformações experimentadas pelos lugares advindas com o tempo.

De modo geral, notamos que nas ilustrações feitas pelas mulheres da AMA (figuras VIII e IX) há um elemento bastante evidente, que consiste na relação com

grupos de ciclistas de Araraquara e de municípios vizinhos. Há um forte laço de amizade entre as assentadas e este segmento, que hoje compõe o principal público atendido pela Padoka, inclusive esse nome foi cunhado por eles(as). Ao adentrarmos na padaria é possível ver cartazes de competições de ciclismo que têm a premiação sediada na padaria, além da venda de cadeados e lanternas para capacetes no balcão. Outro fato interessante é que as associadas passaram a criar produtos veganos e sem glúten, para atender as demandas deste público (Figura 8).

**Figura 8-** Mapas mentais elaborados pelas assentadas da AMA, representando a padaria.



**Fonte:** Trabalho de campo, 2018.

Em relação as associadas da OMUS, utilizamos uma dinâmica diferente, já que este grupo é mais dependente de políticas públicas federais, pedimos então, que elas representassem como eram os seus lotes antes, e como estão dez anos após a participação nesses programas (Figura 9).

As ilustrações foram elaboradas por uma das integrantes da OMUS, podemos

verificar alterações significativas em seu lote, como a reforma da casa, antes de madeira e posteriormente construída em alvenaria; a ampliação da área destinada à produção agrícola e diversificada, com horta e pomar, a melhoria de infraestrutura com a construção de mangueira para os bovinos, além da inclusão de antena parabólica e acesso à internet, que são elementos importantes para o conforto dessas famílias.

Escolhemos apenas essas ilustrações em razão do limite de páginas do artigo, mas frisamos que estas foram as mais representativas, e que seus elementos se repetem nas cartografias das demais assentadas de cada associação. No próximo subitem abordaremos com mais detalhes o processo de criação e características da AMA e da OMUS.

**Figura 9 -** Mapas mentais elaborados por assentada da OMUS.



**Fonte:** Trabalho de campo, 2018.

### **ORGANIZAÇÕES DE MULHERES ASSENTADAS EM SÃO PAULO: SORORIDADE, PERSISTÊNCIA E MUDANÇAS**

As mulheres da AMA, pertencem ao setor VI do assentamento, ou seja, o último núcleo criado. Atualmente a associação conta com dez integrantes. Quatro delas trabalham diretamente com a produção na padaria e as demais são colaboradoras, auxiliando em demandas eventuais e contribuindo com a taxa cobrada mensalmente.

As mulheres que viriam integrar a AMA, há anos já fabricavam pães e bolos em suas casas e vendiam em pontos da área central da cidade de Araraquara. Elas decidiram, então, reunirem-se com o intuito de obter outras fontes de renda monetária que garantissem a subsistência de suas famílias (SANTOS; SANT'ANA,

2012). A partir do Orçamento Participativo da prefeitura do município de Araraquara, elas vislumbraram a possibilidade da construção de uma padaria comunitária. A padaria e o estatuto da associação ficaram prontos em 2008. A partir daí, essas mulheres alcançaram várias conquistas, tais como doações de *kits* de panificação, cursos de capacitação, premiações, parcerias com universidades para a realização de *coffee breaks*, convites para palestras em eventos etc.

A AMA dedica-se prioritariamente à produção de itens de panificação (fotos X e XI) (pães, doces, salgados, bolos etc.). Individualmente, as associadas também cultivam hortas e pomares em seus lotes, para autoconsumo, e também utilizam estes alimentos na fabricação dos produtos da padaria (Figuras 10 e 11).

**Figuras 10 e 11-** Padaria da AMA e produção de pães, bolos e tortas pelas associadas.



**Fonte:** Trabalho de campo, 2018.

A OMUS foi formalizada como associação em meados da década de 1990, sendo então considerada um grupo pioneiro de mulheres assentadas (ALMEIDA; RAMIRO, 2016). É também reconhecida como a primeira experiência de trabalho coletivo em assentamentos de Rosana. A formação da OMUS, que atualmente conta com nove integrantes, ocorreu mediante uma sucessão de razões, eventos e tentativas.

O primeiro fato apontado pelas entrevistadas quando questionadas sobre quais foram as motivações para a formação do grupo trata-se do preconceito de gênero que sofriam por parte dos homens assentados. Eles as impediam de participarem ativamente das decisões coletivas do assentamento e essa condição de exclusão e silenciamento as impulsionaram na busca por mudanças. Somado a este fato, as dificuldades financeiras e o interesse em obterem rendimento próprio e contribuírem com o orçamento familiar, também consistiram em motivações para a

criação do grupo.

À princípio as associadas tentaram realizar um projeto sob a gestão do ITESP para a criação de bovinos, porém, apesar de o Pontal do Paranapanema ser reconhecido como uma grande bacia leiteira, tal atividade não teve sucesso. Elas também trabalharam com o cultivo de mandioca. Foi nesta fase que se organizaram para ocupar um lote inutilizado do assentamento, reivindicando o uso do mesmo para a associação. Elas enfrentaram as imposições jurídicas para tal feito e conseguiram o lote. Posteriormente, também ocuparam uma unidade do Banco do Brasil em Rosana, pois necessitavam de empréstimo para investimentos, e apesar das dificuldades e preconceito institucional por parte de funcionários(as), conquistaram o crédito.

Assim como as mulheres da AMA, as associadas da OMUS também faziam pães e bolos para venda em Rosana, como uma fonte de renda monetária extra. Tal atividade surgiu quando ainda extraíam leite e fabricavam derivados, ao perceberem que poderiam fazer alimentos de panificação para abastecer as escolas da cidade e de municípios próximos, até serem contempladas com um *kit* de panificação, e ainda conquistarem a construção de uma padaria comunitária. Eventualmente, elas realizam cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo ITESP, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

No caso da OMUS, além da panificação, há outra atividade mais relevante para as associadas: a produção de alimentos de horta, pomar e de produtos artesanais, como polpas de frutas, que são comercializados com programas de compras institucionais, principalmente com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Algumas delas também fabricam artesanatos como crochê, bordado, pinturas, confecção de bonecas e bichos de pelúcia (Figuras 12, 13 e 14).

A políticas públicas de comercialização mencionadas propiciam a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar pelo Governo Federal, com isenção de licitação. E os alimentos são, após uma logística local, distribuídos em escolas, hospitais, albergues, asilos, creches, projetos sociais e diretamente para famílias em situação de vulnerabilidade social.



**Figuras 12, 13 e 14-** Entrega de alimentos para o PAA, produção de panetones para o PNAE e fabricação de artesanato por associadas da OMUS.



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

### **AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAIS COMO FISSURAS PARA A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES MAIS IGUALITÁRIAS NO CAMPO**

Segundo Antuniassi (1993), as famílias de pequenos(as) agricultores(as) são levadas a construir estratégias para a reprodução social do grupo familiar e, assim, terem asseguradas a sua permanência no campo, especialmente nos assentamentos rurais. Ela afirma que a noção de estratégias, denominada por ela como “estratégias familiares”, é um elemento indispensável para a compreensão das ações dos(as) agricultores(as) no processo de inserção e sobrevivência nos assentamentos de reforma agrária.

A autora supracitada entende que as estratégias são contínuos ajustes nas práticas adaptativas das famílias assentadas, como núcleo habitacional e como base de sistema de produção. São as estratégias de reprodução que possibilitam às famílias a sobrevivência nos assentamentos, apesar de toda a rusticidade das condições ambientais e do desinteresse do setor público (ANTUNIASSI, 1993).

De acordo com Bourdieu (1994) as estratégias de reprodução das famílias

rurais podem ser integradas em cinco grupos gerais: estratégias de investimento biológico (relacionadas à fecundidade, cuidados preventivos e de saúde); estratégias sucessoriais (nas quais se objetiva a transmissão de terra entre as gerações); estratégias educativas (por meio das quais valoriza-se a educação, o conhecimento e a ética); estratégias de investimento econômico (que objetivam o aumento de capital); e estratégias de investimento simbólico (relacionadas ao âmbito cultural, percepções e coesão do grupo familiar).

Para Sant’Ana (2003) existe um conjunto complexo e multideterminado de estratégias desenvolvidas pelas famílias que também interferem no destino deste segmento social. As estratégias foram classificadas pelo autor como sendo de: ampliação/manutenção da terra e do patrimônio; produção e comercialização; arranjos intrafamiliares de gestão da unidade familiar; e à cooperação e outras formas de organização comunitária. Para ele, o uso combinado destas estratégias permite à maioria das famílias a sua reprodução social, mantendo-as na atividade agropecuária.

Sant’Ana (2003, p. 32) afirma que as estratégias de sobrevivência ou reprodução social: “podem ser bem sucedidas ou não, em função das restrições impostas pelo contexto econômico, social e político”. Concordamos com o autor, e ademais, acrescentamos que a situação geográfica também se insere no rol de condicionantes que podem facilitar ou dificultar a promoção de estratégias de reprodução social das famílias, por isso as denominaremos como estratégias socioespaciais.

A herança é uma estratégia relevante para a perpetuação do patrimônio da terra e da condição social das famílias rurais. Há outras estratégias que se vinculam à reprodução de patrimônio, são as que lhes oferecem novas fontes de renda, sem que a atividade agropecuária fique em segundo plano (SOUZA, 2002).

De acordo com as especificidades de cada família, podem ocorrer distintas combinações de estratégias, a depender das suas particularidades, das características da terra e das atividades que exercem. Em um determinado momento, uma estratégia pode assumir importância maior do que a outra (SANT’ANA, 2003).

Acreditamos que as estratégias assim como o espaço, e as relações de gênero, são fluidas, passam por constantes re(construções) e adequações, não se encontram finalizadas e engessadas:

As estratégias estão fundamentadas em um habitus, mas também envolvem projetos, e estes estão em permanente construção, em constante adaptação às condições e possibilidades do campo e ao próprio habitus e experiências dos sujeitos. As estratégias são processos, construções que nunca atingem uma forma definitiva, são fluídas e não estruturas rígidas, pré-concebidas (SANT’ANA, 2003, p. 43).

Baseando-se em Bourdieu, Sant'Ana (2003) afirma que as condições sociais, econômicas, políticas e o *habitus*<sup>3</sup> influenciam as estratégias utilizadas, mas frisa que nem todas as ações/práticas desenvolvidas pelas famílias têm uma finalidade consciente. Deve-se ter em mente que a família, apesar do nível alto de intimidade, não representa uma instância totalmente coesa, homogênea, por isso as estratégias são seguidamente reelaboradas por seus membros. A família é uma instituição que, como as demais, expressa consensos, divergências, continuidades e mudanças.

Segundo Duval (2015), estudar as estratégias das famílias rurais requer a contemplação de vários aspectos do modo de vida dessas pessoas. É necessário olhar com cuidado para as organizações formais e informais, as redes de relações às quais as famílias se articulam, as parcerias com os agentes técnicos regionais e, até mesmo, os fluxos migratórios. Podemos pensar as estratégias das famílias como: as próprias formas de organização social e produtiva; o modo de organização da mão de obra familiar; a criação de novos mercados; o uso de inovação tecnológica; e atividades não necessariamente agrícolas, tais como o assalariamento agrícola e urbano, a constituição de parentela nos bairros e /ou assentamentos rurais, ou ainda a opção por se manterem ligados a movimentos sociais e grupos produtivos (DUVAL, 2015).

Há ainda outro termo para explicitar essa situação, a pluriatividade. A pluriatividade é um recurso utilizado historicamente pelos camponeses e camponesas, de acordo com determinados contextos e seu atual crescimento entre as famílias possui múltiplas razões. Trata-se de uma das alternativas possíveis, não é a única, e também não significa o abandono das atividades agropecuárias. Ela também representa uma forma de resistência entre as famílias, pois os(as) agricultores(as) utilizam das mesmas para a reprodução social familiar e do estabelecimento/ lote rural (SOUZA, 2002; SANT'ANA, 2003).

Schneider (2001), em estudos sobre as atividades pluriativas pelas famílias rurais de Estados do Sul do país, afirma que a pluriatividade trata-se de uma condição permanente entre atividades agrícolas e não agrícolas praticadas por uma mesma família, podendo ser de ordem coletiva ou individual. As estratégias, segundo o autor:

<sup>3</sup> O *habitus* é uma unidade de estilo que articula práticas e bens de um agente ou de uma classe de agentes. Trata-se de um princípio que retraduz características intrínsecas e relacionais de uma posição de estilo de vida singular (BOURDIEU, 1996). Duval (2015), em sua tese de doutorado, dedicada a análise das estratégias de reprodução social em assentamentos da região central do Estado de São Paulo, fez um estudo aprofundado das obras de Bourdieu e suas contribuições teóricas para os estudos rurais. Em seu entendimento, o conceito de *habitus* foi elaborado pelo autor para evitar o mecanicismo e o estruturalismo, que consideravam as práticas dos sujeitos como uma simples execução e determinação. Logo: "Comportamentos, representações, modos de ser, de pensar e de agir, são o que Bourdieu chama de pré-disposições operacionalizadas pelo *habitus*, esse acúmulo de experiências que as pessoas incorporam histórica e socialmente, de forma intergeracional em seus grupos sociais e que são, portanto, partes constituintes e que fluem pelos agentes por meio de suas estratégias de reprodução social" (DUVAL, 2015, p. 68).

Ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressões sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisões e as opções, sejam quais forem, de indivíduos e famílias, possuem um referencial que na prática se materializa segundo as relações sociais, econômicas e culturais em que vivem. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediatizada por uma racionalidade informada pela realidade, que tanto é a expressão das relações materiais presentes, como daquelas herdadas de seu passado e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas (SCHNEIDER, 2001, p. 172).

A pluriatividade e a contínua troca e contato com as dinâmicas urbanas produziram mudanças nas estratégias de reprodução em termos de gestão familiar. A visão do homem chefe de família e provedor, da mulher circunscrita ao espaço doméstico e dos(as) filhos(as) rigidamente disciplinados(as), embora ainda exista no espaço rural, vêm perdendo a força.

[...] a crise desse modelo está ligada ao processo mais geral de industrialização e modernização da sociedade. Pode se manifestar de uma maneira prática como a perda ou redução do poder de coerção econômica do chefe ou pelo simples questionamento dessa hierarquia pela geração atual de esposas e filhos (SANT'ANA, 2003, p. 160).

De modo geral, as estratégias das famílias rurais envolvem aspectos produtivos, desde crédito, formas de organização, comercialização, formação técnico-profissional e de administração, além de aspectos imateriais, como as tradições, valores, normas internas das famílias, relações comunitárias, alianças políticas, parentesco, casamentos e migração (SANT'ANA, 2003).

De acordo com Moreira (2012, p. 273), para quem as “estratégias são diversificadas e vinculadas ao contexto geográfico em que os produtores rurais estão inseridos”, há uma relação entre as estratégias adotadas pelos(as) agricultores(as), elas não ocorrem de forma efêmera ou espontânea, mas seguem uma conjuntura complexa, que inclui relações familiares e extrafamiliares. “Um(a) produtor(a) rural desenvolve suas estratégias a partir e dentro das condições sociais, econômicas, políticas e culturais em que vive.” (MOREIRA, 2012, p. 273).

Para Moreira (2012) há inúmeros exemplos de estratégias de reprodução social e econômica praticadas pelas famílias de agricultores e dois princípios regem tais estratégias: a localização geográfica (relação econômica, espacial e comercial) e as

relações institucionais (políticas).

Silva (2015) corrobora, com os(as) demais estudiosos(as), de que as estratégias elegidas pelas famílias rurais se dão dentro de variados condicionantes: sociais, culturais, econômicos e espaciais, que cerceiam suas vidas. A autora também considera a questão espacial como uma das esferas das estratégias. Para ela: “A reprodução social é um processo dinâmico, isto é, dá-se por meio das transformações e adaptações ao longo do tempo.” (SILVA, 2015, p. 92).

As relações na agricultura se mostram como um processo dinâmico, portanto não estático, sofrendo diferentes influências, de acordo com cada peculiaridade. Essa multiplicidade e heterogeneidade constantes denotam diferentes formas e racionalidades vinculadas à propriedade e as experiências anteriores, bem como o contexto macro que dinamizam, em mais ou menos, na tomada de decisão por determinadas estratégias na sua unidade de produção, de acordo também a uma forma de gerir mais integrada ao mercado ou mais autônoma (SILVA, 2015, p. 92).

As mulheres possuem uma grande capacidade de iniciativa e planejamento sobre a renda, a organização de consumo e gestão familiar. Ao se colocarem diante de projetos que lhes provenham retorno financeiro, elas adquirem não apenas um rendimento monetário, mas uma maior autonomia e poder de decisão. Mesmo que, de modo geral, o rendimento por elas obtido seja inserido no orçamento total da família.

Concordamos que uma mudança de perspectiva na observação da trajetória das mulheres rurais é necessária. É inegável as assimetrias de poder nas relações e decisões, bem como na valorização laboral, porém, não se deve atribuir à estas mulheres uma condição de vítimas resignadas. Elas estão em constante movimento de enfrentamentos e conquistas por direitos que lhes foram injustamente negados ao longo do tempo, contestando, assim, o *status* de inferioridade (SILVA; SANT’ANA; MAIA, 2018).

Sant’Ana (2003) aponta a importância de que as decisões familiares pelos membros que se envolvem diretamente na produção agropecuária, sejam pautadas pela ética do trabalho. Assim, por mais que em muitos casos prevaleça a decisão masculina, as relações de gênero somadas à ética do trabalho, garante às mulheres o poder de decisão. É claro que isso não deixa de sobrecarregá-las, pois mesmo que angariem recursos com trabalho agropecuário ou não agrícola, elas não são dispensadas (e nem trabalham de modo compartilhado) das responsabilidades domésticas, tendo assim, que se adaptarem às jornadas exaustivas (SANT’ANA, 2003).

Entendemos que as estratégias de reprodução socioespaciais são aberturas

que permitem mudanças significativas nas relações de gênero no espaço rural. As estratégias assim como o espaço e as relações de gênero, são fluídas, passam por constantes alterações, não se encontram finalizadas e engessadas:

As estratégias estão fundamentadas em um *habitus*, mas também envolvem projetos, e estes estão em permanente construção, em constante adaptação às condições e possibilidades do campo e ao próprio *habitus* e experiências dos sujeitos. As estratégias são processos, construções que nunca atingem uma forma definitiva, são fluídas e não estruturas rígidas, pré-concebidas (SANT'ANA, 2003, p. 43).

A fluidez também está presente nas relações de gênero. A discussão sobre tais relações não reconhece nenhuma justificativa biológica, psíquica e econômica que fundamente a desigualdade entre homens e mulheres (BEAUVOIR, 1970). Mas rejeita o determinismo biológico e considera que muitas das funções atribuídas aos homens e às mulheres são socialmente apreendidas e utilizadas de modo a significar relações de poder e hierarquias (SCOTT, 1995). Por isso, consideramos que a oposição binária entre feminino e masculino não são fixas, nem permanentes, por serem influenciadas pela subjetividade, linguagem e performatividade do gênero são fluídas, estão em devir e são, portanto, suscetíveis a alterações, graças às fissuras que tensionam esta estrutura normativa e dicotômica entre os sexos (BUTLER, 2017).

Compreendemos que as estratégias de reprodução socioespaciais são fissuras, e seus efeitos refletem no âmbito cotidiano e familiar, ao constatarmos que os companheiros das participantes da pesquisa passaram a realizar atividades antes delegadas às suas esposas, tais como cozinhar, limpar a casa, cuidar dos(as) filhos(as). Tal fato, além de propiciar a reconfiguração da divisão do trabalho entre membros da família, gera a possibilidade de espaços paradoxais no campo.

Esse conceito geográfico, elaborado por Rose (1993), complexifica as relações de poder, demonstrando que elas presumem contraditoriedade e complementariedade, de modo a romper com os binarismos, e demonstra que, mesmo entre segmentos que estão na ala mais fraca, não há apenas passividade, pois também são dotados de poder, e se há poder, há resistência. Essa dinâmica de transferência de poder se estabelece constantemente entre os *outsider* (margem) e *insider* (centro), ou seja, elas não são fixas, são plurilocalizadas, e seus movimentos propiciam transformações. Acreditamos que, assim, as mulheres associadas conseguem subverter a lógica estrutural das relações de gênero no espaço rural, em seus cotidianos.

Salvaro; Stevam e Felipe (2014) ao estudarem a participação feminina em cooperativas rurais virtuais no sul de Santa Catarina, apontam que a visibilidade social e reconhecimento laboral das agricultoras perpassam essas formas de

organização coletiva, a profissionalização das agricultoras e, assim, ressignificam saberes, afazeres, jornadas de trabalho e divisão de tarefas nas propriedades/lotês, antes desvalorizados.

A articulação com o trabalho coletivo, em busca de reconhecimento de direitos, redistribuição de renda também propicia às agricultoras, além de visibilidade, novas subjetividades, pois a partir do trabalho associativo, essas mulheres não são mais apenas donas de casa, ou mesmo agricultoras, são associadas, gestoras de um projeto coletivo, comerciantes (SALVARO; STEVAM; FELIPE et al., 2014).

Defendemos estas ideias a partir das observações feitas em campo, além dos relatos obtidos por meio das entrevistas. Verificamos que alguns homens se sentem ameaçados quando percebem que suas esposas passam a desempenhar atividades produtivas de êxito e, conseguindo autonomia econômica, os casos são ainda piores, quando a renda obtida pela mulher é a mais alta nas atividades da família. Observamos que esta é uma realidade presente, quando uma associada nos revelou que seu esposo se sentia desconfortável pelo fato de ela ter uma renda mensal maior do que a dele.

-Às vezes meu marido fala umas coisas: “que eu ganho mais que ele na associação”, que isso não é certo.

-Como assim? Ele reclama pela senhora ganhar mais do que ele?

-É, isso aí! Ele se sente ofendido, sabe? Inferior, né?

-Que triste. E o que a senhora pensa sobre isso?

-Ah! Eu falo pra ele que isso aqui foi batalhado. Que a gente lutou pra conseguir. Foi uma luta grande. Não foi fácil, não. Então, quando eu cheguei o meu seguro desemprego, foi acabando tudo, eu ficava preocupada, ai a gente correu atrás pra arrumar isso daqui (a padaria), pra poder ajudar com o salário do sítio, porque no começo, agora tudo que a gente planta a gente vende, mas no começo não era assim não. Perdia as coisas. Você não conseguia vender, então a gente passava dificuldade.

-Então a senhora acha que não necessariamente o homem tem que sustentar a casa?

- Bobagem! Nada a ver! Claro que não. Claro que não! Assim como pode ser ele, eu também que eu posso trabalhar e precisar. Um precisa do outro! (Begônia<sup>4</sup>, associada à AMA, 28/03/2018).

- E como vocês dividem as tarefas aqui, tem coisas que só você faz ou coisas que só o seu esposo faz?

- Aqui quem é responsável pelo gado, tudo é ele, né? Ele retira o leite. Eu praticamente fico mais dentro de casa, saio pra vender as coisas, faço queijo e aí cuido da parte de banco, compro as coisas do sítio, corro atrás das coisas.

---

<sup>4</sup> Este nome, bem como todos os demais mencionados no texto são fictícios.

Isso aí eu que faço (Hortênsia, associada à AMA, 28/03/2018).

As falas a seguir refletem as reconfigurações na divisão de trabalho, indicando, conforme apontado pela teoria de espaços paradoxais, que atualmente, em virtude da inserção das mulheres em grupos coletivos e do desenvolvimento de diferentes estratégias de reprodução socioespaciais, as assentadas vivenciam outras formas de ser agricultoras e outras espacialidades, ao passo que os homens, seus companheiros, passaram a exercer funções importantes no âmbito doméstico, anteriormente relegadas apenas às mulheres:

- E aqui na casa vocês dividem as tarefas ou é mais a senhora quem faz?
- Nós dividimos, ele faz também.
- É! O que ele faz?
- Ele lava a louça, faz comida.
- Que maravilha! Tem uns que não tiram o copo da mesa.
- Eu cheguei aqui hoje e o almoço estava pronto, foi só esquentar o feijão. O meu marido, a única coisa que ele fazia era botar o feijão no fogo. Quem tinha que fazer almoço era eu. Agora ele faz, porque esse negócio da padaria nós saímos muito tarde, você viu, né? (Azaleia, associada à AMA, 26/03/2018).
- Como vocês dividem as atividades aqui, quem faz o que?
- Todo mundo faz tudo um pouco, eu, meu esposo, meu neto. Limpeza, comida.
- Que legal! O seu neto também colabora?
- Sim, aqui todo mundo faz de tudo. O menino de quatorze anos faz tudo também (Kalanchôe, associada à OMUS, 26/03/2018).

Esse aspecto positivo, de reconfiguração do trabalho das famílias assentadas, é um princípio fundamental para a desestabilização de hierarquias e o estabelecimento de relações de gênero mais igualitárias. E a isto soma-se ainda o reconhecimento social do trabalho desenvolvido pelas associadas, que sentem-se valorizadas, contribuindo para a sua autoestima e para reafirmar que seu trabalho é sim visível e necessário para suas famílias e para toda a comunidade dos assentamentos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nos possibilitou conhecer melhor o universo das trabalhadoras rurais assentadas. Longe de resignarem-se às condições de desvalorização infelizmente ainda bastante presentes no espaço rural, permeado pelo machismo e demais formas de violências, as integrantes da AMA e da OMUS



travaram há décadas lutas que reverberam benefícios não apenas para si mesmas e suas famílias, mas para os assentamentos Monte Alegre e Gleba XV de Novembro.

As diversas estratégias socioespaciais, envolvendo o associativismo, a produção para autoconsumo, a panificação, o artesanato, o uso de aposentadorias rurais, a venda de produtos em feiras livres, a realização de cursos de capacitação e a participação em diferentes políticas públicas, de comercialização, financiamento, reforma e construção de residências, transformaram a realidade dessas mulheres em variadas dimensões: espacial, social, econômica e cultural. Ao se empenharem na realização de seus projetos, elas vivenciam novas espacialidades, interagem com pessoas de perfis diversos, contribuindo para uma visão de mundo mais ampliada; adquirem conhecimentos que agregam valores aos produtos e serviços oferecidos pelas associações à sociedade.

Isso reforça a importância do estímulo à criação de grupos de trabalho entre a população assentada, sobretudo em relação às mulheres, que por longo tempo têm sido silenciadas, oprimidas e relegadas à uma condição secundária, mas que diante de oportunidades como as que foram apresentadas nesse artigo, conseguem ressignificar os espaços produtivos e reprodutivos, as relações de gênero, problematizando a hierarquia estabelecida aos trabalhos desempenhados pelos(as) integrantes da família.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Olivia Alves; RAMIRO, Patrícia Alves. Mulheres unidas na luta contínua pela terra: uma das histórias da Gleba XV de Novembro. In: **VII Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 2016, Natal-RN. Anais do VII Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2016.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Estratégias familiares de trabalhadores rurais em núcleos de reforma agrária. **Informações Econômicas**, v. 22, p. 17-21, 1993.

ARO, Daniele Torres. **Mulheres Assentadas: da invisibilidade ao protagonismo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara. Araraquara, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Livro 1: Fatos e Mitos**. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo – Livro 2: A Experiência Vivida**. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BOTELHO, Maria Auxiliadora Leite. **O Protagonismo dos Grupos Subalternos do Campo**: entre a resistência e a subordinação. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la Recherche en Scienses Sociales**, Paris, nº 105, p. 3-12, 1994.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Coleção Sujeito & História, 2017.

CAMPOI, Antonio Marcos. **Sistemas de Produção e Estratégias de Vida para Permanência na Terra**: um estudo no Projeto de Assentamento Monte Alegre – Araraquara/SP. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara. Araraquara, 2005.

COLOGNESE, Silvio Antonio.; MÉLO, José Luis Bico de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

DUVAL, Henrique Carmona. **Bens Materiais e Simbólicos**: condição camponesa e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do Estado de São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 43, p. 239-254, 2001.

GARCÍA RAMÓN, Maria Dolores ¿Espacios asexuados o masculinidades y feminidades espaciales?: hacia una geografía del género. **SEMATA**, Ciencias Sociais e Humanidades, Rioja, v. 20, p. 25-51, 2008.

GAVIOLI, Felipe Rosafa; COSTA, Manoel Baltasar Baptista. As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de

Araraquara (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 49, p. 449-472, 2011.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GOMES, Thauana Paiva de Souza et al. Assentamentos da região central do estado de São Paulo sob uma perspectiva analítica a partir de indicadores sociais: apresentação de resultados da pesquisa contratual INCRA/UNIARA N°100000/2010. In: **V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, Araraquara, 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 1995.

MOREIRA, Erika Vanessa. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do sul-SP**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2012.

ROSE, Gillian. **Feminism & Geography: The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão** (Impresso), v. 34, p. 390-405, 2014.

SANTOS, Arlei Rosa dos; SANT'ANA, Raquel Santos. **O Desafio de Geração de Trabalho e Renda: A Experiência da Associação de Mulheres Assentadas (AMA) de Araraquara/SP**. In: Anais do V Simpósio Sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, Araraquara, 2012.

SANT'ANA, Antonio Lázaro. **Raízes na Terra: as estratégias dos produtores familiares de três municípios da mesorregião de São José do Rio Preto (SP)**. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEEMANN, Jörn. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. In: Eduardo Marandola Jr.; Werther Holzer; Lívia de Oliveira. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1ed. Rio de Janeiro: PERSPECTIVA, 2012, v. 1, p. 279-303.

SILVA, Flaviana Cavalcanti. SANT'ANA, Antônio Lázaro; MAIA, Ana Heloísa. Grupos de mulheres em assentamentos rurais do território rural Prof. Cory/Andradina: alguns desafios e conquistas. **Revista Científica Rural**, v. 20, p. 32-49, 2018.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. Introduzindo interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriatividades do saber geográfico. In: SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SILVA, Joseli Maria (Orgs). **Interseccionalidades, Gênero e Sexualidades na Análise Espacial**, 2014.

SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Juniele Martins. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. Editora Unesp, São Paulo, 1999.

SILVEIRA, Fátima Rotundo. et al. Origem e formação do assentamento Gleba XV de Novembro-SP. In: Anais do **IV Encuentro de Geógrafos da América Latina**, Mérida – Venezuela. p. 171-173, 1993.

SOUZA, Maria Antonia de. **A Formação da Identidade Coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

SOUZA, Vanilde Ferreira de; FERREIRA, Lucia; RAMIREZ, Gláucia Miranda; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. Processos Evolutivos na ocupação dos espaços nos assentamentos Monte Alegre 1 e Monte Alegre 4, Araraquara, Estado de São Paulo. **Revista de Economia Agrícola** (Impresso), v. 55, p. 5-14, 2008.

SOUZA, Vanilde Ferreira de. **Agricultura Familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara-SP**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola), Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

SUERTUEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. Revista **GEOgraphia**. Ano IV, nº 7. Niterói, 2002.

TEIXEIRA, Iraí Maria de Campos. **Processos de educar-se de mulheres do Assentamento Monte Alegre -SP nas ações de cuidado à saúde**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Carlos. São Carlos. 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TURRANETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. **RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise**, v. 23, p. 340-375, 2011.